

## **42º Encontro Anual da ANPOCS**

### **SPG01 A construção da feminização: reflexões sobre segregação e desigualdade de gênero nos mundos do trabalho**

#### **Novas dinâmicas no mercado de trabalho? A inserção das pessoas trans\* e seus desafios**

Carolina Bonomi – mestrande do Programa de Pós – Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas

Ângela Carneiro Araújo – professora doutora do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas

## Introdução

Esse paper<sup>1</sup> consiste em demonstrar resultados de um estudo interdisciplinar sobre os espaços laborais das pessoas trans\*<sup>2</sup> e suas respectivas dificuldades relacionadas ao campo do trabalho. Essas dificuldades podem ser compreendidas a partir do preconceito da sociedade – a transfobia – em entender e aceitar a identidade de gênero de homens e mulheres trans, bem como as condições físicas, psicológicas, parentais, econômicas e sociais implicadas nessa questão.

Um dos fatores que contribuem para a construção do preconceito em relação às pessoas trans\* (o chamado preconceito transfóbico) é a patologização pela comunidade médica da não identificação do sexo com o gênero: a transexualidade é considerada como um “Transtorno de Identidade de Gênero” pelo *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM). Dessa forma, as pessoas trans\* são marginalizadas dentro da nossa sociedade, carregando estigmas socialmente construídos.

Nossa hipótese consiste em perceber que o período de adequação de gênero, o apoio parental e a retificação dos documentos civis são importantes condições que podem contribuir para a inserção das pessoas trans\* no mercado de trabalho. Contudo, não descartamos a conjuntura social e laboral brasileira: falta de bons empregos formais e o aumento dos empregos temporários, precários e informais.

Esse artigo está organizado em três partes: a primeira delas apresentamos as implicações do período de adequação de gênero e a retificação dos documentos na vida das pessoas trans\* e suas consequências; posteriormente, retratamos sobre as experiências escolares e as dificuldades encontradas para a permanência e a sua conclusão; e por último, realizaremos uma discussão sobre a sociologia do trabalho interseccionando com as narrativas das/os interlocutoras/es de pesquisa, buscando ampliar novas questões e desafios.

---

<sup>1</sup> A discussão apresentada nesse paper faz parte do trabalho de conclusão de curso intitulado “Entre o laudo e a carteira: (trans)formações no mercado de trabalho?” apresentando no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em 2017.

<sup>2</sup> “O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [umbrella term] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans. Além disso, o termo também pode incluir pessoas trans\* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino”. (KAAS, 2013).

## **Produzindo desigualdades através dos manuais, documentos civis e no espaço escolar**

Nesse primeiro tópico, apresentamos sobre as conceitualizações sobre transexualidade e suas dificuldades. Essa primeira parte está dividida em quatro seções, buscando demonstrar a complexidade e como se dão os processos de desigualdades que se refletem no mercado de trabalho. Primeiro, apresentaremos as conceitualizações sobre a transexualidade, quais manuais dos saberes psi orientam as leis e como produzem desigualdades, seguido da portaria nacional que instituiu o processo transexualizador como uma política pública para diminuir os impactos de disparidades e preconceitos. Seguido, discorreremos sobre as experiências escolares, buscando demonstrar quais são os impeditivos para a conclusão de seus estudos ou, aquelas/es que conseguiram permanecer, quais foram suas estratégias, que se refletem no apoio parental e período de adequação de gênero, que se transformam em marcadores sociais importantes nessa análise.

Como conceituado por Berenice Bento, transexualidade é “uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”, ou seja, são pessoas que não se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascimento. A atribuição do gênero ocorre a partir da identificação com as genitálias. As normas de gênero que se institucionalizam, definem os sexos biológicos (mulher-vagina e homem-pênis), os quais são estabelecidos tanto para a identificação de gênero quanto para a orientação sexual. No caso da orientação sexual, a forma de se relacionar, sugere que cada mulher se relacione com um homem, pois suas respectivas genitálias se complementam e é por meio da relação sexual entre eles que é possível gerar novos seres humanos.

A transexualidade é considerada como doença a partir de 1980, entrando para o rol de classificação do CID. No caso da transexualidade, ela está inscrita no Capítulo V "Transtornos mentais e comportamentais", na categoria F, grupo F60-F69 "Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto", integrando especificamente o grupo F64 "Transtornos da identidade sexual". A caracterização geral apresentada pelo CID define a transexualidade como

um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal-estar ou inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo

tão conforme quanto possível ao sexo desejado.<sup>3</sup>

Esse documento apenas apresenta as características gerais e o código de referência do diagnóstico da transexualidade. O poder desse documento está na definição das identidades trans\* como doença. O CID é construído conjuntamente com o SOC e o DSM que dão as indicações para classificar e caracterizar as transexualidades e travestilidades<sup>4</sup>.

O SOC é organizado pela HBIGDA e possui a função de sistematizar o conjunto de orientações para o “tratamento” da transexualidade. A transexualidade é compreendida como uma disforia, ou seja, a recusa pelo corpo, principalmente pelas genitálias. Para esse documento, o “tratamento” da transexualidade consiste na avaliação diagnóstica, terapia hormonal em adolescentes e adultos, psicoterapia, experiência de vida real e a cirurgia de transgenitalização. Para Benjamim, a “cura” da transexualidade encontra-se na cirurgia de transgenitalização que consiste na adequação da pessoa conforme o gênero que se quer que seja atribuído. No caso dos homens trans\*, são realizadas a histerectomia, mastectomia e a construção do pênis; no caso das mulheres trans\*, é realizada a cirurgia para construir a vagina. Na concepção desse documento, a pessoa que é “verdadeiramente” transexual, “sonha em ter um corpo de homem/mulher que será obtido pela intervenção cirúrgica, que lhe permitiria, ao mesmo tempo, desfrutar o status social do gênero com o qual se identifica e exercer a sexualidade apropriada, com o órgão apropriado”.

O DSM<sup>5</sup>, influenciado pelos discursos psicanalíticos de Robert Stoller, opera de forma diferente o “tratamento” para as pessoas trans\*. Nesse caso, a cirurgia é uma questão abordada de forma tangencial, ou seja, para esse documento a cirurgia não é a principal forma “terapêutica” para “curar” a transexualidade. O documento preocupa-se centralmente em “diagnosticar” a transexualidade através das observações das manifestações do “Transtorno de Identidade de Gênero” na adolescência e na fase adulta. Assim, se dedica a apresentar diversos indicadores para medir o grau das identidades trans\*, como a insatisfação com o corpo e o sofrimento pela inadequação. Como Sander aponta, “o sentimento de inadequação faz parte do cotidiano de muitas pessoas trans\*. No entanto, elas defendem que o sofrimento e o incômodo não vêm simplesmente das experiências diversas dos sexos/gêneros, mas muito mais do

---

<sup>3</sup> <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10-f/f640/transexualismo>

<sup>4</sup> Sobre a história das categorias médicas referentes à transexualidade e travestilidade, ver Bento (2006, 2008) e Júnior (2011)

<sup>5</sup> Sobre as mudanças do DMS ver Russo (2006), Leite Júnior (2011) e Sander (2015).

preconceito e da estigmatização, que impedem a vivência plena e a realização de suas potencialidades” (2015:26).

### *Processo Transexualizador*

Em 1997, o Conselho Federal de Medicina, através da resolução 1482/97, descriminaliza as cirurgias de transgenitalização, que antes, eram consideradas uma prática ilegal pelo Código Penal por consistirem em uma “mutilação de órgãos”. Com a aprovação dessa normativa, foi autorizado que hospitais públicos universitários realizassem programas e cirurgias para as pessoas trans\* que desejarem fazer a cirurgia. A decisão foi baseada em dois princípios: “a busca da integração entre o corpo e a integridade sexual psíquica do interessado e pela defesa dos princípios de autonomia e justiça” (BRASIL, 1492/97).

Através dessa resolução, hospitais universitários criaram programas interdisciplinares com o intuito de suprir a demanda das mulheres trans\* e travestis que desejam realizar a cirurgia. Porém, somente essas iniciativas não foram e não são suficientes, é preciso pensar em políticas de atendimento integral à saúde, destinadas a essas pessoas. Dessa forma, a Secretaria Especial de Direitos Humanos conjuntamente com o movimento social (mais especificamente, o Coletivo Nacional Transexual), pesquisadores e agentes da saúde, criam o Comitê Técnico de Saúde da População de Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, buscando criar políticas públicas voltadas à saúde. Dentre as diversas discussões, a prioridade seria debater formas de vincular as políticas de saúde e a cirurgia de transgenitalização no SUS. (ÁRAN, ZAIDHAFT e MURTA, 2008; ALMEIDA E MURTA, 2013)

Em 2004, o governo federal lança o programa nacional “Brasil sem Homofobia” como uma forma de firmar o compromisso político com o movimento LGBT para promover políticas públicas que efetivassem os seus direitos. Dentre os compromissos do programa, a efetivação das políticas de saúde era uma das pautas prioritárias. Diante disso, em 2006, o Ministério da Saúde conjuntamente com o Coletivo Nacional Transexual, pesquisadores e agentes da saúde, organizaram a primeira reunião denominada “Processo Transexualizador”. Como ainda não existia uma regulamentação do processo de redesignação sexual, esse grupo de trabalho procurou desenvolver políticas que acompanhassem todo o processo de adequação de gênero, para que todas as etapas fossem financiadas pelo SUS.

Após diversas reuniões entre movimento social trans\*, agentes estatais e pesquisadores, em agosto de 2008 foi instituído pelas portarias 1.707 e 457, o programa intitulado como “Processo Transexualizador” realizado pelo SUS garantindo o “atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormoterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.”<sup>6</sup> Em 1 de dezembro de 2011, o Ministério da Saúde, aprimorou o processo transexualizador, instituindo no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais por meio da Portaria n. 2836.

O Processo Transexualizador abrange as seguintes etapas: terapia psicológica – que dura em torno de dois anos; terapia hormonal; teste de vida real; teste de personalidade; exames médicos rotineiros. Todas essas etapas compõem o laudo médico que atestam se a pessoa é “verdadeiramente transexual”, garantindo a cirurgia de transgenitalização que depende de uma lista de espera do SUS.

A normativa não possui atendimento em todo país. Pela portaria, somente hospitais universitários participam do programa, oferecendo serviço ambulatorial<sup>7</sup> e hospitalar<sup>8</sup>. Das 27 unidades federativas (sendo 26 estados e um distrito federal), somente 5 estados oferecem esses serviços: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Hospital Universitário Pedro Ernesto (UERJ – RJ), Hospital de Clínicas de Porto Alegre (UFGRS – RS), Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina FMUSP (USP – SP) e Hospital das Clínicas/ Universidade Federal de Pernambuco (PE).

Para as pessoas trans\*, o processo transexualizador é caracterizado por ser momento árduo devido às exigências dos poderes psi. Conforme abordado anteriormente, existem vários discursos médicos que determinam se a pessoa é “verdadeiramente transexual”, uma vez que a orientação médica não parte de práticas baseadas no princípio da dignidade humana em procurar respeitar, apoiar e orientar as pessoas da melhor forma, mas trata-as como doentes. É preciso atentar-se que nem todas as pessoas desejam ou necessitam realizar as mudanças corporais. “Tal necessidade se expressa em experiências sócias marcadas por intenso sofrimento,

---

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: << <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-raiz/lgbt/21885-processo-transexualizador> >>.

<sup>7</sup> O serviço ambulatorial consiste no “acompanhamento clínico, pré e pós-operatório e hormoterapia”.

<sup>8</sup> Nesse caso, são os serviços que oferecem a “realização de cirurgias e acompanhamento pré e pós-operatório”.

interdição aos direitos humanos mais elementares e exclusão, ocorridas muitas vezes desde a infância.(...) Assim, para essas pessoas, a diminuição ou a supressão do sofrimento só se torna possível pela realização de modificações corporais e também pelas mudanças de nome e sexo no registro civil original.” (ALMEIDA & MURTA, 2013:388)

### *Alteração dos documentos*

Ter as suas identidades negadas não é apenas um obstáculo que as pessoas trans\* encontram no percurso de suas vidas. Além das normas orientadas pelo biopoder percebido nesse trabalho por meio desses saberes médicos e psis que gestam e regulam os corpos, as identidades e a vida - essas pessoas ainda encontram a dificuldade em se inserir em diversos espaços sociais em razão de aspectos jurídico-legais. Um reflexo dessa questão constitui a retificação do nome em conformidade com o gênero construído. Como o gênero é determinado ao nascimento, em relação direta com o sexo, o nome de qualquer indivíduo se dá em conformidade com o sexo biológico de nascimento. Ou seja, nossos nomes, assim como nossos corpos, são marcados pelo gênero. Assim, as pessoas trans\* vivenciam o conflito de seus documentos não estarem em conformidade com a sua identidade de gênero atual.

Todos nós, em diversos momentos, precisamos apresentar nossos documentos para que aja uma “confirmação” da nossa identidade. A confirmação se constrói em duas dimensões: (i) a relação entre o nome e o documento é legitimada institucionalmente através do RG. Esse documento é um papel com timbre oficial, que legitima e dá fé: a foto e o nome são correspondentes ao registro identitário de qualquer cidadão; (ii) o processo de identificação das pessoas se constroem em um espaço intermediário aos documentos, produzidas pelas dinâmicas das relações sociais que perpassam pelas correlações entre o nome e o corpo generificado, que refletem expectativas das normas cis-heteronormativas.

Para as pessoas trans\*, esse é um âmbito muito delicado, pois ocorre a não identificação com o nome que lhes foi dado; e, a construção do sujeito social vem das expectativas cis-heteronormativas que implicam a conformidade do sexo biológico com comportamento social, desejo e construção do gênero, nas quais esses atores não se identificam. Assim, as pessoas trans\* precisam passar pelo diagnóstico do seu gênero para conseguir os direitos de alterarem seus documentos.

Ventura (2010) explica que, conforme consta na Lei nº. 6015/2013, o sexo legal ou jurídico é entendido como aquele que deve obrigatoriamente constar no documento de registro do nascimento de uma pessoa, lavrado no registro civil das pessoas físicas. O “sexo” é um dos elementos indispensáveis da identidade civil e, a princípio, imutável, só cabendo sua alteração em razão de erro cometido no momento do registro. A autora explica que as noções de sexo, identidade de gênero e orientação sexual, no âmbito jurídico se baseiam nas formulações das normas da medicina, adotando a concepção interacionista. Ventura argumenta que a junção entre esses dois campos são efeitos da biopolítica e do biopoder explicitado por Foucault (1976) que atuam fortemente nos campos da sexualidade.

Para a autora, na visão do direito, as ações da biopolítica podem possuir efeitos negativos e positivos. “A biopolítica possui dimensões positivas e negativas no âmbito da preservação da autonomia dos sujeitos e ao acesso aos direitos da saúde pública. Os efeitos positivos da biopolítica são expressos quando o Estado, por meios dos seus poderes, busca exercer sua função protetora e promotora do direito à saúde, regulamentando e implementado o uso adequado das biotecnologias com o objetivo de prevenir danos irreversíveis ou riscos para a integridade física e moral das pessoas” (VENTURA, 2010:31).

Vieira (2014) explica que o “princípio da dignidade humana e a inviolabilidade da intimidade, consagrado pela Constituição Federal, no art. 1, III, art. 3, IV e art. 5, X, são fundamentais para a promoção do bem de todos, sem preconceito ou discriminação. Adequar nome e gênero são direitos de personalidade, portanto, imprescindíveis para o desenvolvimento da pessoa em sociedade”.

Assim, o Estado ao formular leis que regulamentam a alteração do nome e do sexo no registro civil, contribuem para o bem-estar e o acesso à cidadania e aos direitos pelas pessoas trans\*. Temos como exemplo a Argentina e a Espanha, que formularam leis de identidade de gênero com o intuito de diminuir os impactos da vulnerabilidade que essa população sofre. No Brasil, ainda não há nenhuma lei que autorize a alteração dos documentos civis.

Hoje, mesmo com a portaria 2.803 (referente ao Processo Transexualizador), não há garantias de que a alteração do nome seja efetuada por parte das instâncias jurídicas. Todo o processo vai depender da vara e do juiz em questão: “Quanto mais próximo o legislador está de uma concepção patologizante da transexualidade, maiores serão as exigências para que a pessoa transexual tenha direitos;



e quanto maior a compreensão de que a transexualidade se insere no campo da identidade de gênero e dos direitos humanos, menores serão os obstáculos” (BENTO, 2008:71).

Das pessoas entrevistadas na pesquisa, atualmente, somente Beatriz conseguiu a autorização para alterar seus documentos civis. Nos documentos de acesso, através de relatos via internet, algumas pessoas trans\* conseguiram a mudança dos documentos e outras não. Inicialmente, não há garantias em lei pela mudança, por não existir uma lei específica que garanta os direitos mencionados às pessoas trans\*. Desta forma, a mudança depende da análise do juiz encarregado de cada caso específico. Pela portaria 2.803, a mudança de documentos só ocorre se houver a cirurgia de transgenitalização, porém há casos de pessoas que não precisaram comprovar a cirurgia e tiveram seus documentos alterados. É importante ressaltar que há três tipos de situações diferentes para a alteração dos documentos de registro civil: i) há pessoas que realizam a cirurgia e conseguem alterar seus documentos; ii) há pessoas que conseguem o laudo médico e, sem realizar a cirurgia, conseguem alterar seus documentos e iii) no caso mais recente e muito importante, há pessoas que não possuem o laudo e nem cirurgia, e conseguem alterar seus documentos. Esse último caso ocorreu com Neon Cunha, uma mulher trans de 44 anos que conseguiu a autorização da retificação do nome e do gênero. É uma jurisprudência muito importante, pois serve como argumento para centenas de pessoas que desejam alterar seus documentos sem passar por qualquer modificação corporal ou até mesmo, possuir o laudo médico.<sup>9</sup>

Em casos anteriores ao de Neon, para a alteração dos documentos, as instâncias estatais partem do princípio de autorização provido por entidades médicas: o saber médico fornece as bases legais do “mundo da vida”. Como não há uma legislação que indique qual procedimento jurídico deve ser tomado nesses casos, os legisladores tomam suas decisões conforme a orientação do Conselho Federal de Medicina (CFM). Assim, partem do princípio da autorização e não do reconhecimento. Em casos excepcionais, é necessário, inclusive, o laudo que comprove que a pessoa é “verdadeiramente transexual”.

Atualmente, nas instâncias públicas, existem decretos municipais, estaduais e federais que atestam a inclusão do nome social para pessoas transexuais e travestis. Por conceito, o nome social:

---

<sup>9</sup> Disponível em: << <http://www.nlucon.com/2016/11/justica-autoriza-pela-primeira-vez.html> >>.

É o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome oficial não reflete sua identidade de gênero ou possa implicar constrangimento. (BENTO, 176: 174)

Há leituras que classificam o nome social como uma espécie de “gambiarra” jurídica, no qual só há o exercício de uma “cidadania precária”, uma vez que não há a devida atenção para reintegração merecida dos direitos das pessoas trans\*. Bento analisa que isso é uma “consequência da cultura política brasileira de lidar com as demandas das populações excluídas” (2014:146).

Para Leila Dumaresq<sup>10</sup>, o Nome Social existe, sendo um “*meio de ter o direito*”, porém “*não é feito para usá-lo*”, pois há dificuldades em suas aplicabilidades. Exemplo disso é que, em algumas instâncias, há o reconhecimento no papel do Nome Social, porém os agentes estatais não aderem a esse direito.

Apesar das dificuldades dos agentes estatais em seguir com as normativas do Nome Social, Leila entende o Nome Social como uma ferramenta que pode ser utilizada em seu favor, uma vez que funciona como prova do “teste de vida”<sup>11</sup>. Essa ferramenta contribui para a comprovação, em meio aos trâmites burocráticos para a alteração dos registros civis. O “teste de vida” faz parte de um conjunto de documentos necessários para o laudo médico.

Através das pesquisas realizadas, consegue-se constatar alguns fatores que impedem as pessoas trans\* de ocuparem posições no mercado de trabalho. Primeiro, a desvantagem na hora de se candidatar a uma vaga, que pode ser dificultada pela escolaridade da pessoa trans\*: em alguns casos não se alcança o término dos estudos, devido ao estigma das identidades trans\*<sup>12</sup>, outras conseguem terminar os estudos do ensino médio e o ingresso na universidade. O sucesso nos estudos depende, em muitos casos, do momento do início do processo transexualizador da pessoa trans\*. Outro fator a ser analisado é a classe social da pessoa trans\* e se há apoio familiar quando se inicia o processo de transexualização.

---

<sup>10</sup> Leila é ativista transfeminista, formada em Filosofia pela Unicamp e autora do *blog* Transliteração. Como mencionado na introdução dessa monografia, conheci Leila no grupo de estudos sobre gênero. Agradeço pelas trocas e constantes diálogos que enriqueceram esse trabalho. Esse diálogo sobre o nome social ocorreu no *Facebook* em dezembro de 2014.

<sup>11</sup> Teste de vida é “um procedimento realizado por psicólogos que acompanham as pessoas transexuais durante o período mínimo de dois anos, tempo para que o laudo da disforia de gênero seja emitido. Além disso, estas também funcionam como “provas visuais” da identidade de gênero na medida em que cumprem a função de demonstrar para os juízes que os indivíduos de fato vivem publicamente o gênero pleiteado” (FREIRE, 2015:93).

<sup>12</sup> As dificuldades dos ambientes escolares serão abordadas no próximo capítulo.

Sabe-se que para uma pessoa fazer a carteira de trabalho são necessários documentos de identificação como Registro Geral (RG), CPF (Cadastro de Pessoa Física) e comprovante de endereço em seu nome. Hoje, em qualquer âmbito laboral – seja do mais precário ao trabalho formal - é necessária alguma forma de identificação da pessoa.

Assim, no momento da entrevista, qualquer empregador analisa os documentos de registro civil e o currículo com o intuito de comprovar suas experiências. As pessoas trans\* geralmente experimentam, nesse momento, uma experiência violenta, pois não só os documentos não condizem com sua identidade e o constrangimento ocorre pela falta de entendimento das pessoas do que é a experiência transexual. Nesse momento, não há garantias de que a pessoa consiga vaga de emprego, mesmo que tenha experiências para o cargo. A patologização das identidades trans\* proporciona essas circunstâncias que geram status de estigma. Essa posição estigmatizada gera a falta da inserção no mercado de trabalho, levando algumas das pessoas trans\* ocuparem trabalhos precários e/ ou nos mercados do sexo.

No que se refere à experiência transexual, as pessoas não conseguem transmitir quem realmente são pelas dificuldades que as instâncias estatais colocam para a mudança dos documentos. O primeiro documento que é necessário alterar é a certidão de nascimento. Nela contém os dados do nascimento, o nome, filiação e o sexo. Não contém foto, porém, é o documento crucial para a sequência de documentos que serão produzidos e exigidos para legitimar a cidadania e o controle estatal. Quando a pessoa transexual consegue a averbação para a mudança dos documentos, o primeiro documento a ser alterado é a certidão de nascimento. Após esse, a pessoa consegue alterar os demais documentos: RG, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor, CNH, passaporte. Não são alterados os números do cadastro de cada documento, o que se altera são os espaços do nome e do sexo.

Após a retificação da certidão de nascimento, a pessoa conseguirá alterar o RG. Acredita-se que seja o documento mais impactante na mudança, pois, diferentemente da certidão de nascimento, o RG possui o espaço para a foto. A foto não implica somente a identificação visual, mas produz subjetividades, personalidades e performance das pessoas. Ali, por meio e através desse documento, as pessoas “conferem” se a pessoa diz ser quem é.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. Freire (2015).

Passada a alteração do RG, a pessoa consegue alterar o CPF e o título de eleitor, podendo assim, alterar a carteira de trabalho. Esse documento possui finalidades ainda mais particulares, pois estão imbricados à trajetória da luta pela consolidação das leis trabalhistas (CLT), vinculadas às lutas de cidadania no Brasil.

Assim, é possível compreender qual teia de significados está por trás das mudanças dos documentos das pessoas trans\*: busca da legitimidade de suas identidades através do saber médico e dos aparatos estatais, para conseguirem afirmar suas subjetividades e poderem ter acesso e direitos para exercerem os âmbitos da cidadania.

A carteira de trabalho é um documento “comprobatório da cidadania” (PEIRANO, 1986:57). Como explica Marshall, há três dimensões da cidadania: civil, social e política. A cidadania civil é “constituída pelos direitos necessários ao exercício da liberdade individual, como liberdade de ir e vir, e liberdade para contratar (como firmar contrato de trabalho)”. No que diz respeito à cidadania social, ela é o “conjunto de direitos e obrigações que possibilita a participação igualitária de todos os membros de uma comunidade. Permite que as pessoas compartilhem da herança social e tenham acesso à vida civilizada segundo padrões prevalentes na sociedade. A cidadania é um meio de alcançar a interação social diante as desigualdades proporcionadas pelo mercado” (MARSHALL: 1967:79).

O acesso à cidadania é ocultado para as pessoas trans\*, pois as instâncias estatais, aparentemente, negam e dificultam o acesso aos seus papéis de cidadãos nos espaços sociais. Classificar as identidades trans\* como doença, a necessidade de atestar o laudo – comprovando que são doentes -, e, assim, conseguir um juiz que consiga entender suas demandas, são trajetórias de violência. A negação do indivíduo político, social e civil de ter o livre direito de exercer sua personalidade e ter acesso aos ativos materiais que as instâncias estatais oferecem como saúde, educação, trabalho e assistências sociais. Essa posição só contribui para a estigmatização da vivência trans\*, que proporciona o aprofundamento da vulnerabilidade social.

A possibilidade de alterar os documentos, não só produz sujeitos, mas condiciona a visibilidade e reconhecimento das pessoas trans\*. É necessário enfatizar que essas pessoas existem, têm seu cotidiano uma luta pelo reconhecimento burocrático, pois precisam dele para terem acesso à cidadania e principalmente ao mercado de trabalho.

## *Espaços escolares como produtor de desigualdades*

Ao falar sobre normas que se consolidam em forma de poder que mediam as relações sociais, é preciso atentar-nos a diferentes dispositivos que contribuem para a expansão desse poder. Um dos exemplos que podemos citar desses diferentes dispositivos são as instituições. As instituições podem ser consideradas como instrumentos que contribuem para a proliferação dessas normas. Neste capítulo, tratarei de uma instituição, a escola, por ser um espaço em que as normas cis-heteronormativas ganham formas que produzem desigualdades e essas têm consequências na entrada das pessoas trans\* no mercado de trabalho.

Especificamente no DSM IV, a escola é transformada em um agente negociador e controlador das normas de gênero e de sexualidade, que informa os pais sobre os “comportamentos desviantes”. No espaço escolar, as diferenças e pluralidades são mecanismos produtores de desigualdades, preconceitos e violências. Como Bento aponta, a escola funciona como uma das “principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade” (BENTO, 2006:129).

Em diversos casos, a violência transborda de tal maneira que leva essas pessoas a abandonarem o espaço escolar. Bento mostra que não existe um processo de evasão, mas expulsão. “Na escola, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contestam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar os termos, pois ao apontar com maior precisão o espaço escolar, teremos como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela transfobia” (BENTO, 2006:129).

Para mostrar as experiências escolares das pessoas trans\*, apresentaremos relatos das entrevistas realizadas na primeira pesquisa de iniciação científica, no período de 2014-2015.

Em uma das minhas passagens no CR LGBT de Campinas, conheci Ana. Fui apresentada como a “estudante da Unicamp que faz Ciências Sociais e tem uma pesquisa sobre pessoas trans\* e trabalho”. “*Então bixa, você tem que escutar a minha história, mas só conto se você me falar do seu mapa astral*”. Após esse primeiro contato, eu e Ana começamos a conversar quase diariamente, em todas as vezes que fui ao CR. Nosso contato se estendeu através da internet e mensagens de celular, e nos encontramos sempre em atividades que discutem questões LGBT.

Ana, com 27 anos, negra, rainha ébano, como se denomina, *porque tem que se amar, ninguém ama travesti facilmente*, alta, sempre alegre e muito preocupada com todas as amigas. *“Vim aqui conversar com Bárbara para ajudar minha amiga a dar entrada nos papéis para a mudança dos documentos. Eu já dei entrada no meu. Chega dos outros chamarem a gente no masculino”*.

Antes de Ana contar sua história, perguntou da minha. relatei brevemente sobre minha trajetória, como uma forma de criar laços entre nós duas. Não queria que a conversa fosse algo mecânico ou até mesmo achar que queria contato somente pelos interesses da pesquisa. Essa foi uma das questões que mais me preocupou ao longo da pesquisa, como abordado na introdução. Após contar um pouco do *babado da vida*, expliquei o que era meu projeto e quais eram minhas questões. Ana olhou fixamente pra mim e disse:

*Apesar de você ter um mapa astral bem treteiro, acredito que você seja uma boa pessoa. Tenho uma amiga, a Rosa, que vai adorar conversar com você. Eu vou participar da pesquisa porque quero mostrar que somos muito além de pesquisas sobre AIDS. Temos a necessidade urgente de discutir escola e trabalho.*

Logo em seguida, contou rapidamente como foi sua vida: vinda do Nordeste, família muito humilde. Pai, mãe e mais duas irmãs. Vida no corte de cana, mãe empregada doméstica. A irmã mais velha ajudava a mãe na casa em que trabalhava. A irmã mais nova e Ana ajudavam nas tarefas domésticas da sua própria casa. Ao ser perguntada quando iniciou o processo de identificação do gênero feminino, Ana conta que se entende como mulher desde que nasceu.

*Olhava pra minha mãe e minhas irmãs e me identificava na imagem delas. Sentia um profundo incomodo com minhas roupas de menino. Sempre fui afeminada e isso incomodava muito meu pai. Quando todos saíam, vestia as roupas da minha mãe. Gosto do seu estilo, sempre com cabelo arrumado, roupas coloridas. Até que um dia, minha irmã mais nova me viu vestida, ficou em choque, não falou nada, mas também não me destratou. Hoje em dia, ela fala que sempre soube. Somos amigas, sempre tentamos manter o contato. Ela é a única. Meu pai não deixa minha mãe conversar comigo.*

Perguntei se esse apoio se refletia no conjunto da sua família, Ana contou-me que seu pai já a agrediu. Sua irmã mais velha era indiferente, sua mãe não falava

nada, exceto um dia em que teve problemas na escola. Ao mencionar sobre a escola, perguntei como era o cotidiano.

*Um terror, tanto que larguei a escola na sétima série. Tomei duas bombas. Era um lugar horroroso. Não tinha vontade de ir pra aula. As crianças são super mal orientadas pelas professoras. Ninguém ali sabe lidar com a diversidade. Chamam a gente de tudo: bichinha, doente, baitola, viado... Vish recebi muitos apelidos.*

Perguntei se ela se lembrava do momento em que começou a cabular as aulas. Ana me explicou que houve um dia no qual ela passou batom e colocou uma blusa mais feminina emprestada pela irmã.

*Ai foi o terror. A coordenadora chamou minha mãe e pela primeira vez minha mãe me bateu. Depois dessa vez, foi constante a violência, mas eu entendia minha mãe. Ela sofria comigo. Depois disso fui perdendo interesse pela escola e fui matando aulas. Até o dia que meu pai me pôs pra fora de casa e fiz minha vida na rua.*

\*\*\*

*Essa é a menina que te falei, Rosa. Ela quer saber da nossa vida, se a gente consegue trabalho de carteira assinada.*

*É tanta coisa que eu quero falar... você quer saber da minha família e do período da escola?* Perguntou-me. Respondi que ela poderia falar aquilo que se sentisse confortável. Rosa nasceu em Fortaleza. Núcleo familiar composto por dois irmãos mais velhos, pai, mãe e avó materna. Pai, pedreiro, mãe diarista e avó aposentada. Explicou-me que durante muito tempo possuía uma grande dificuldade para falar da família devido às violências psicológicas que sofreu quando iniciou sua adequação de gênero. Mesmo com todos os empecilhos, foi construindo formas e estratégias de feminização.

*Na verdade, eu sou mulher desde que nasci. Só passei por umas alterações corporais, mas isso todo mundo faz, não é mesmo? Não sou menos mulher por causa disso. Eu pegava várias coisas escondidas da minha mãe. Passava esmalte, passava base e rímel. Ai você imagina a tragédia eu indo pra escola assim, né? Era chacota, chute dos meninos, bixa pra lá, doente pra cá. Reunião com coordenadora, com assistente social, com psicóloga.*

Questionei como se davam esses conflitos escolares e a relação com sua família. E a trajetória se assemelha com a de Rosa, marcada por falta de apoio parental e escolar.

*Minha família não me apoiou. Família evangélica, conservadora. Não me aceitavam. Ai soma tudo, né? Fui desistindo da escola. Não tinha vontade de nada. Matava aula, até ser expulsa. Aí as confusões em casa pioraram. Larguei na oitava série. Ai com 14 anos fui pra rua. Fui me fazer por ai. A gente vai vivendo como pode e vai arrumando os truques.*

\*\*\*

Conheci o tímido Carlos no 1º Encontro Nacional de Homens trans, em São Paulo, em fevereiro de 2015. Perguntou meu nome, se era de alguma instituição, expliquei porque eu estava acompanhando o encontro e falei sobre a minha pesquisa. Sempre muito simpático e solícito, logo demonstrou interesse pela pesquisa. Quando conheci Carlos, estava realizando a primeira iniciação científica, que era focada na inserção das mulheres trans\*. *Mas você vai falar sobre os homens trans\*, né?* Indaguei-me.

Carlos mora em Campinas e até o período do nosso primeiro encontro, ainda morava com seus pais. Após o encontro do IBRAT, nos encontramos duas vezes e diversas mudanças ocorreram em sua vida. Iniciou a adequação de gênero cinco meses antes do encontro, quando entrou no programa do “Processo Transexualizador”, em Campinas. Na época, cursava Jornalismo, porém, precisou trancar sua matrícula devido aos problemas com sua família, mais especificamente com seu pai.

*Minha mãe me apoia, mas meu pai era o problema. Fui levando até aonde eu consegui. Não tive grandes problemas em casa, evitei conflitos por causa da minha mãe. Pra evitar qualquer tipo de dor, preferi sair de casa. Como meu pai não me aceitava e falou que não ia me sustentar, sai de casa e precisei trancar a faculdade por falta de dinheiro.*

Ao ser perguntado sobre o período escolar, explicou-me que passou por diversos tipos de violências.



*Bom, quando eu estava na adolescência, quando a falecida<sup>14</sup> ainda era viva, eu sofria diversos assédios por ser identificada como uma mulher negra e sapatão. Todo mundo queria me consertar. Aí, a intensidade aumenta, sofria lesbofobia e racismo. Quando me assumi, queriam me consertar, mas de forma diferente. Nunca precisei de conserto, precisava me assumir. Me assumi na faculdade. E sempre era a mesma coisa: começo das aulas correria pra falar com os professores para mudar meu nome na chamada. Ia à secretaria pra falar para alterar meus registros no sistema. É muito constrangedor e muito cansativo. Larguei mais pela dificuldade financeira. Consegui conversar com as pessoas responsáveis, falei no nome social. As coisas estavam melhorando, mas como saí de casa, precisei arrumar emprego. Ai que tudo complicou.<sup>15</sup>*

\*\*\*

Como mencionei na introdução, conheci Beatriz quando ingressei na Unicamp, em 2013. Fugindo das expectativas e do imaginário social que se constroem das pessoas trans\*, Beatriz formou-se no ano de 2016, no curso de Linguística, ingressando, em seguida, no Programa de Pós-Graduação em Linguística na referida universidade. Ao longo da sua trajetória na Unicamp, travou constantes batalhas em grupos de discussão *on-line* do *Facebook* para combater a transfobia, mostrando a existência e as dificuldades que as pessoas trans\* sofrem em seu cotidiano<sup>16</sup>.

*Quando entrei aqui, em 2011, eu estava no começo desse processo de me assumir. Não foi “fácil” porque novamente, a representação trans era/ é ainda bem pequena, e na Unicamp, não havia conhecido nenhuma pessoa trans\* até então. Mas eu tive contato com pessoas interessantes, como o Diego Jiquilin, que me deram apoio. Meus pais também me deram apoio. Isso é fundamental, mas eu diria também que foi muito importante conhecer o transfeminismo e pessoas trans\* pelo Facebook.*

Diferentemente das outras trajetórias contadas nesse capítulo, Beatriz ao longo do seu percurso de adequação de gênero, obteve apoio parental. As suas dificuldades não são anuladas ou diminuídas pelo apoio ou até mesmo pela sua classe social. Mesmo com o grau de escolaridade elevado, tanto no ensino fundamental, médio ou no superior, a transfobia promove diferentes dinâmicas sociais.

---

<sup>14</sup> “Falecida” é a forma que Carlos utiliza para se referir ao período anterior à adequação de gênero, ou seja, quando era reconhecido por ser do gênero feminino.

<sup>15</sup> As relações laborais serão abordadas no próximo capítulo.

<sup>16</sup> Sobre a dinâmica dos grupos de discussão *on-line* no *Facebook*, ver Falcão (2017).

*Acho que a escola e a universidade contribuem com a transfobia de uma forma que é tanto indireta como direta. Quer dizer, não precisa de nenhum regulamento para expulsar as pessoas desses locais, pra que esses locais sejam excludentes. A sociedade como um todo é excludente, é transfóbica, e as escolas e universidades refletem essa transfobia geral. Talvez a escola seja um local ainda mais excludente porque existe um pânico moral conservador que impede de pensar que crianças e adolescentes podem vir a ser trans desde criança e adolescentes, e isso impacta na expulsão, e por sua vez, vai refletir no baixo ingresso nas universidades.*

As formas de exclusão desses ambientes se refletem na dificuldade da universidade, por exemplo, fornecer condições necessárias para que essas pessoas não passem por constrangimento ou qualquer outro tipo de violência. Na primeira vez que entrevistei Beatriz, ela me contava da dificuldade da Unicamp inserir o Nome Social nos registros acadêmicos. Na época, como ainda não havia alterado os documentos de registro civil, o nome de registro ainda constava nas listas de chamadas, e, dessa maneira, ele iria constar no diploma de graduação e a monografia iria ser registrada no banco de dados da universidade com o nome de registro. Foram inúmeras tentativas para alterar essa situação. Em 2013, fez um pedido formal à Ouvidoria da universidade exigindo seu direito ao Nome Social. Os documentos acadêmicos só foram completamente alterados após conseguir o aval do juiz para realizar as mudanças do registro civil.

Através de Beatriz e do grupo de discussão *on-line Transfeminismo*, conheci diversas pessoas trans\* que influenciaram profundamente o tema da pesquisa, assim como os seus desdobramentos. Dentre essas pessoas, conheci Hailey. Através do grupo, fui me aproximando, e devido às postagens do *blog* e acompanhamento de seu perfil na rede social (*Facebook*), começamos a conversar por *inbox*. Encontramo-nos pessoalmente em um evento da Unicamp e convidei-a para participar da pesquisa. Após esse encontro, marcamos nossa primeira entrevista, em março de 2015.

Hailey, na época da entrevista, tinha 26 anos, morava com sua mãe, mas atualmente com seu companheiro e sua mãe. Negra, bissexual. Como menciona, vem de uma família classe média, com apoio parental, uma exceção nas realidades das pessoas trans.

*Eu sou uma exceção no meio trans porque eu tenho uma relação boa, agora. Não que a relação fosse absolutamente tensa*

*quando me assumi, mas foi tenso porque tive que trabalhar a questão porque ela não aceitava. Tudo bem seu ser “gay”, mas não ser trans. Mas por causa do medo da sociedade, você vai sofrer muito preconceito. Foram longos anos, mas hoje ela é ótima e entende. Antigamente ela fechava a cara quando eu me maquiava, mas hoje ela me dá maquiagem de presente. São coisas estereotipadas femininas, mas para mim é muito importante porque é uma forma de aceitação. No começo era difícil porque eu não podia comprar nem com meu próprio dinheiro, mas isso não é novidade, novidade é que eu me dei bem.*

Formou-se em Tradução e Interprete em uma universidade particular de São Paulo, uma faculdade relativamente mais barata, a qual conseguiu pagar sozinha. Não conheceu outra pessoa trans na faculdade, mas considerava o curso relativamente tranquilo. A configuração das pessoas que cursavam o curso era, em sua grande parte, LGBT. A dificuldade consistia na atitude dos professores que se recusaram a chama-la pelo nome social.

*Não porque não aceitassem, mas não levaram a sério, eles esqueciam e eu sempre tive que ficar lembrando sempre que mudava a lista. Eu criei dinâmicas para sempre saber quando mudavam a lista. eu ficava esperta e chegava no dia seguinte da mudança e já falava: “olha esse nome aqui sou eu, mas você me chame de Hailey”. Não era maldade, mas era algo que sempre escorregava.*

Sobre o ensino médio, Hailey retrata que foi bem conflituoso, pois estudou no Colégio Adventista, uma rede particular de ensino.

*Não tive suporte nenhum, os professores tentavam me converter o tempo todo. Chamavam sempre meus pais. Pra me formar tive que adotar uma dose de cinismo. As pessoas me tratavam mal, mas não adiantava rodar a baiana lá porque não tinha suporte nenhum. Dos alunos aos professores, orientadores pedagógicos, coordenadores e diretores. O que ia acontecer era eu ser expulsa da escola e eu sabia que isso ia destruir minha mãe, né? Ela sabia que não era minha culpa (os problemas com a escola), mas ela sempre foi muito exigente com os estudos. Como era uma escola paga, então mantive essa postura. Como falei, eu vim de um contexto privilegiado. A escola era muito difícil por ser uma escola adventista, religiosa. Tanto que não me assumi na escola, fui me assumir na faculdade. Na escola eu sofri muito bulliyng homofóbico porque eu sempre fui afeminada.*

A complexidade das experiências escolares vivenciadas pelas pessoas trans\* vai ter consequências significativas nas suas trajetórias, inclusive na sua vida profissional. Mas essas experiências não são homogêneas, como podemos perceber nesses relatos. Apesar de a transfobia ser uma das violências compartilhadas por essas pessoas, os marcadores sociais da diferença produzem experiências diversas, alterando o nível de escolaridade. No entanto, fatores como a raça, a classe social, o momento da adequação de gênero e o apoio parental possuem influências diretas no processo de escolarização dessas pessoas.

Ao cruzar as trajetórias de Ana e Rosa, percebemos como são marcadas pelos conflitos parentais e escolares no período da adolescência. Ao analisar suas histórias, percebemos que os empecilhos que contribuíram para que elas não concluíssem os estudos advém dos conflitos parentais e escolares. Esses conflitos possuem uma inter-relação, pois a falta de apoio familiar estimula os preconceitos sofridos no ambiente escolar, contribuindo para a expulsão ou a exclusão dessas pessoas.

A escola, por sua vez, aprofunda os conflitos familiares devido à falta de formação e compreensão dos agentes escolares frente à diversidade. Apesar da ampla discussão atual da ala mais conservadora, que acredita que gênero e sexualidade não são assuntos para serem discutidos no ambiente escolar, a escola constitui um agente fundamental na sociabilidade dos sujeitos. Como parte do seu papel socializador, a escola deveria discutir sobre todas as diversidades, desafios e conflitos relativos às relações sociais entre os sujeitos. Dessa forma, torna-se importante abordar de forma pedagógica as relações de gênero, sexualidade, raciais, bullying e os diversos preconceitos.

Os relatos acerca das experiências vivenciadas no ensino fundamental e médio, mostram como as discussões sobre identidade de gênero e orientação sexual são pouco exploradas. Os pejorativos homofóbicos – *bixa*, *baitola*, *viadinho* - são ferramentas constantes para separar, empurrar e diferenciar os que são aceitos pelas normas de gênero e os desviantes. Tudo aquilo que se encontra no universo das feminilidades é inferiorizado. A violência verbal é o principal instrumento para atingir essas pessoas. Além disso, percebe-se a inter-relação entre a homofobia e o machismo, o que contribui para que a transfobia seja ainda mais forte e profunda. Os indivíduos que são identificados pelos atributos femininos “são marcados pela inferioridade, justificada a um saber científico, mas esses atributos não são propriedades das mulheres.

É na apropriação desses atributos por sujeitos sem útero que notamos a força da estrutura de gênero operando na distribuição de níveis diferenciadas de humanidade” (BENTO, 2011:87).

Assim, a falta do apoio parental, conjuntamente com a ausência de compreensão e apoio no ambiente escolar, aprofunda o estigma contra as pessoas trans\* levando-as a não conclusão dos seus estudos. As consequências da baixa escolaridade implicam na dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, como será discutido no próximo capítulo.

Outro fator que contribui para a expulsão escolar das pessoas trans\* encontra-se na relação com pais e nas condições financeiras. No caso de Ana, Rosa e Carlos, ao saírem das suas respectivas casas, sem contar com o apoio financeiro da família, são obrigadas/o a largar seus estudos para conseguirem meios de se sustentarem. No caso de Hailey, os estudos foram possíveis pelo apoio financeiro de sua família.

Analisando essas questões, percebe-se que ante a necessidade de condições mínimas de sobrevivência, como por exemplo, a necessidade de conseguir moradia e alimentação, os estudos são obrigatoriamente deixados de lado até que se consiga um mínimo de estabilidade financeira. Mesmo com o grau de escolaridade mais elevado, percebemos, através dos relatos de Carlos, Beatriz e Hailey, que a transfobia permanece nos ambientes universitários cria novas formas de discriminação, principalmente no que se refere à forma de tratamento e respeito ao Nome Social, e aos auxílios sociais concedidos pelas universidades. Existem diversos empecilhos que as instituições escolares colocam dificultando a permanência das pessoas nesses espaços.

### **Inserção das pessoas trans no mundo laboral: (Trans)formações no mercado de trabalho?**

É notável a diversas dificuldades que as pessoas trans\* encontram nos espaços escolares. Não só as suas dificuldades, mas os fatores que podem influenciar no nível da escolaridade. Sabemos que não podemos concluir que a escolaridade seja um fator crucial para o desemprego (SEGNINI, 2000) tanto para pessoas cis como para as pessoas trans\*. Há uma gama de fatores que contribuem para o aprofundamento do desemprego entre as pessoas trans. Tentaremos demonstrar através dos resultados das pesquisas, como se dão essas dinâmicas laborais - dificuldades, tipos de trabalhos e

políticas alternativas – articulando com seus marcadores sociais da diferença – gênero, raça e classe.

A trajetória de vida de Ana é marcada por diversos enfrentamentos e lutas: escola, família e na *pista*.

*Como eu estava te falando, fui expulsa de casa. Saí de casa aos 16 anos. Precisava me manter. Através de umas amigas conheci Vera, uma travesti mais velha que deu outro lar. Na época, fiquei como “assistente”, marcava os programas, arruma a casa, pagava contas, ia ao banco, cuidava da pensão e etc. Em troca, morava na pensão e um salário que fui guardando para depois fazer todo o babado do silicone. Vera não me deixou ir pra rua antes dos 18 porque ela poderia ser presa. Mesmo eu querendo muito, segurei a ansiedade antes de ir pra rua. Fazia vários serviços e ao mesmo tempo fui aprendendo com Vera tudo que sei atualmente sobre ser profissional do sexo e travesti.*

Ana contou-me que nunca trabalhou de carteira assinada. Como podemos perceber em seu relato, dos 16 aos 18 anos, sua formação inicial é construída pelo trabalho informal no qual adquiriu experiências mais administrativas. Na rotina da pensão tinha a responsabilidade de cuidar de toda sua estrutura: limpeza, organização de escritório, ida ao banco e pagamentos. Aos 18 anos, ingressou no mercado do sexo.

Descreve que quando começou a ir para a “*pista*” não sabia muita coisa e teve a sorte de ter três amigas e Vera que a ensinavam a se vestir, maquiagem e conversar para atrair mais clientes. Entretanto, explica que no “*mundo dos negócios*” nem todas as meninas são amigas, “*precisa ser esperta porque tem muita cobra, muita briga, muito lero-lero*”.

Perguntei se tentou alguma outra atividade fora a prostituição e Ana foi bem enfática:

*Fui tentar achar algum emprego formal, mas ninguém quer empregar travesti. Sou feliz no trabalho que tenho. Sofri violência? Sofri. É fácil? Não. Mas tenho hoje boas condições. Não quero romantizar prostituição não. Eu tive muita sorte em vários aspectos, mas hoje é um espaço que eu acho que sou mais aceita. Hoje também milito. Discuto as questões da saúde, prevenção e até regulamentação. É bem polêmico, mas é necessário conversar sobre essa realidade.*

Conversamos durante muito tempo sobre as particularidades que envolvem a prostituição. Como uma iniciante no trabalho de campo, lancei uma pergunta direta,

deixando a curiosidade falar mais alto. Queria compreender como Ana enxergava a prostituição.

*Trabalho é uma ação que gera dinheiro, cidadania, reconhecimento. Mas esse trabalho que estou... Eu uso do trabalho para poder me fazer. Tenho que estar sempre bem bonita senão não consigo cliente. Mas, claro que um dia eu penso sair desse trabalho. Não vou ter aposentadoria. Não consigo me registrar como autônoma. Se a gente se machucar, nós não temos INSS pra cobrir nada e além, da gente não ter dinheiro pra comer. Na pensão, eles não querem nem saber. Tem que pagar a diária. Você pode estar morrendo, um dia sem trabalho, você gera dívidas na pensão. Hoje eu estou estável. Tenho clientes fixos, junto meu dinheirinho, quero mudar meus documentos, ter uma casinha. Mesmo com todas as dificuldades, meu trabalho me proporcionou isso. Que trabalho não tem dificuldades hoje em dia, né?*

Sobre as andanças de sua vida, perguntei sobre os lugares em que já morou.

*Fui pra Barcelona, não gostei muito, mas deu pra juntar uma boa grana. Voltei pro Piauí. Ai me falaram que Campinas era uma boa cidade para se morar e tinha uma boa clientela. Estou aqui já faz 10 anos. Gosto daqui. Tem um fluxo bom de clientes, já foi melhor. Aqui por incrível que parece é menos violento do que a minha cidade.*

Rosa, assim como Ana, não possui experiência no mercado formal de trabalho. Com trajetória similar, Rosa foi expulsa de casa aos 14 anos, porém, diferentemente de Ana, não obteve ajuda imediatamente.

*Não tive ninguém para me amparar. Morei na rua uns nove meses. Fui me virando na rua. Ai conheci umas travestis, me ajudaram a sair da rua e comecei na prostituição. Desde então, sou profissional do sexo. Ser profissional do sexo não é fácil e ser profissional do sexo e travesti, piorou. As pessoas enxergam a gente como um foco de doenças, do mal do mundo.*

Ao entrar na discussão sobre prostituição, seus limites e debates, Rosa, assim como Ana, argumenta ser favorável a regulamentação da atividade

*Olha vou ser bem sincera, eu queria muito que fosse regulamentado nosso direito. Somos trabalhadoras como qualquer outra pessoa. Eu sirvo um serviço. O problema é que*

*as pessoas parecem que tem um problema porque usamos nosso corpo, mas todo trabalho não usa o corpo, ué? Minha mãe era empregada doméstica. A coitadinha trabalhava muito, muito mesmo e ganhava uma mixaria. Eu, apesar de trancos e barrancos, ganho melhor do que ela na época. Ela foi muito mais explorada do que eu. Eu, pelo menos, faço meu horário. Apesar de ter que pagar a pensão, ainda ganho mais do que tenho que dar.*

Outra ocupação constantemente mencionada durante o trabalho de campo foi o telemarketing. Das pessoas entrevistadas, Hailey e Carlos tiveram essa experiência. Carlos até o nosso último contato ainda trabalhava na mesma empresa.

Hailey iniciou o seu percurso no mundo do trabalho como estagiária, numa empresa de tradução no último ano da faculdade de letras, como mencionado no capítulo anterior. Conta que foi indicada por uma amiga e nesse primeiro estágio manteve uma ótima relação com a sua gerente que sempre foi solidária com relação à transexualidade. Porém, a sua dificuldade foi com o ambiente de trabalho, ou seja, com os colegas de trabalho.

*os colegas de outros departamentos eram muito transfóbicos. (...) ficaram rindo na minha cara. Rir porque eu sou trans. Rir porque eu sou gorda. De colocar meu nome civil na lista de aniversário da empresa. Todos sabiam que eu era trans. Minha chefe foi lá arrancou a lista e foi lá falar com eles que era para trocar o nome. Eu agradeço muito a ela. Mas rolava muitos risos e deboches.*

Após a experiência como estagiária nessa empresa de tradução, foi buscar outro emprego na mesma área, porém não conseguiu nenhuma vaga.

*E foi aí que fui pro telemarketing. Trabalhei nessa empresa quase um ano. E era a mesma coisa, mesmo ambiente de deboche. Tive que brigar para usar o banheiro feminino. E não adianta pedir pros amiguinhos. E aí eu vi que eu que tinha que brigar pelos meus direitos. Ai eu fui e falei: “Como é que eu faço pra falar com o chefe do seu chefe?” Aí um dia fui lá falar com a chefona e falei: “olha quero atender com meu nome social e usar o banheiro feminino.” Aí ela falou que era problema no T.I. E falei que era para dar um jeito porque eu não vou atender com nome civil. A gente precisa ter uma posição ofensiva com relação aos nossos direitos e exercer poder em cima dessas pessoas. Porque se a gente não tiver essa postura, a pessoa sente que pode fazer com que você fique numa posição de passividade. Quando a gente consegue se impor que*



*conseguimos nossos direitos. Aí consegui usar o banheiro, atender com meu nome social, usar o crachá com meu nome social. Mas não foi de graça. A única coisa que não consegui mudar foi o meu login.*

Perguntei como conseguiu essa vaga e explicou que foi indicado por um amigo, mas para as pessoas trans\* não é difícil conseguir vaga numa empresa de telemarketing,

*é um trabalho que o público não tem que lidar diretamente com as pessoas trans\*. Além disso, o telemarketing tem uma rotatividade absurda. E vamos lembrar é um dos trabalhos mais precários da terceirização. É um trabalho terrível porque a gente muitas vezes não sabia resolver os problemas. Eu trabalhava na terceirizada da terceirizada. A gente era tipo o SAC do cartão.*

Depois de quase um ano, ela pediu demissão desse emprego, pois iria seguir na área de tradução. Conta que a entrevista para o novo emprego foi ótima e estava bem entusiasmada. Pediu logo na sua entrada na empresa que não comentassem com os colegas de trabalho sobre a transexualidade para evitar um ambiente hostil para ela. Porém, o seu coordenador acabou contando para os colegas de trabalho, *e ai, foi a mesma coisa, risadas, piscadinhas, piadinhas, fiscalizadas para saber em qual banheiro você vai.*

Depois de um mês, conta que estava desanimada, mas não só pelo ambiente hostil, mas o ramo da tradução ser muito precarizado e posteriormente, descobrir que a empresa era “picareta”. Além de o ambiente ser hostil, a jornada de trabalho era muito extensa com metas diárias desumanas. A rotina do trabalho era extremamente exaustiva e precária, passava várias horas sentada, não eram fornecidas cadeiras e nem mesas adequadas para o trabalho, o que gerou um processo de adoecimento, com o desenvolvimento de uma tendinite nas duas mãos e problemas no nervo ciático.

No terceiro mês, ela desistiu da vaga e pediu demissão, mas sem nenhum direito trabalhista. Atualmente, trabalha como *freelancer* no ramo da tradução e descreve que consegue uma melhor renda do que trabalhando na empresa. O ramo da tradução é um espaço laboral difícil, e como teve problemas de saúde, ficou um tempo sem nenhum “*freela*”. Hailey conseguiu recentemente, passar na seleção de uma empresa de tradução literária e espera ser chamada.

Carlos relata na sua entrevista que seu primeiro emprego foi como garçom,

mas não tinha carteira assinada, “o bar pagava pelo dia trabalhado”. Nesse período, ainda não havia assumido sua transexualidade publicamente, porém sofria diversos comentários machistas, por ser visualmente “uma mulher masculinizada”. Nesse primeiro contato com o trabalho, ainda não havia sido expulso de casa, mas queria ter uma renda para fazer uma poupança.

*Trabalhar no bar era muito difícil. Eram olhares, piadinhas, comentários machistas do tipo “deixa eu te pegar que você vai ver o que é bom e vai virar mulher de verdade.” Na minha cabeça eu respondia “eu não quero ser mulher de verdade porque sou um homem”. Eu não respondia nada para esses caras, porém meu gerente e colegas me defendiam. Quando os caras eram muito ofensivos, chegavam até expulsá los do bar.*

Após sair de casa, um amigo lhe indicou uma empresa de telemarketing para poder pagar suas contas. Atualmente, mora com mais três amigos, dois deles também são homens trans\* e juntos compartilham as dificuldades cotidianas. “Isso me dá muita força”, retrata Carlos.

Conta que na empresa de telemarketing a entrevista foi bem tranquila e assim como retrata por Hailey, mencionou o fluxo de pessoas dentro de empresas de telemarketing.

*Todo dia entra e sai pessoas. Na empresa que trabalho tem seis pessoas trans\*. Eu e meus amigos que são homens trans\* e mais três meninas. Pra nós, é um dos empregos mais fáceis de conseguir, depois da prostituição. É um trabalho exaustivo, mas não posso me dar o luxo de sair porque senão eu fico na rua, sem casa, sem comida.*

Carlos já está a dois anos trabalhando no telemarketing e completa sua renda trabalhando em bares. Perguntei se após o período de sua adequação do seu gênero, se ocorreram situações machistas como ele antes e explica que não.

*Como tenho muita passibilidade, ou seja, tenho traços masculinos bem visíveis, ninguém mexe muito comigo. Agora sofro outros tipos de preconceitos. Por ser negro, agora, as pessoas tem medo de mim. Antes eu era objetificado, agora eu sou um “potencial agressor e bandido”. Mas no bar, não acontece nada, sinto esses olhares mais na rua.<sup>17</sup>*

---

<sup>17</sup> Essa mesma percepção é compartilhada também pelo ativista Leonardo Peçanha. Em entrevista com Neto Lucon, Leonardo conta sobre essa experiência: <http://www.nlucon.com/2015/12/homem-trans-e-negro-leonardo-pecanha.html>

Quando entrou no telemarketing, descreve que ninguém mencionava sobre o nome social.

*Como frequento o CR, a psicóloga me alertou sobre o Nome Social. Ai, eu e meus amigos pedimos a carteirinha e avisamos as meninas sobre esse direito. Logo após, fomos a nossa gerente e pedimos que colocassem nosso nome no crachá, o direito de usar o banheiro conforme nosso gênero e o direito de falar nosso nome no atendimento. Foram várias reuniões, até que conseguimos.*

Ao falar sobre o ambiente de trabalho, ele diz que o telemarketing é um espaço laboral que possui muitas pessoas LGBT, e cria uma dinâmica em que os preconceitos conseguem ser discutidos de forma saudável.

*Lá, é dividido em vários setores. Eu, os meninos e as meninas acabamos ficando no mesmo setor. Então lá é “de boa”. Todo mundo respeita a gente. Não tem crise no uso do banheiro. Todo mundo chama a gente pelos nossos respectivos nomes. Mas eu tenho amigos que tem outra realidade com o ambiente de trabalho. Aqui, acredito que é uma das poucas exceções.*

Ao longo da entrevista, ele conta que está quase terminando de pagar sua dívida da faculdade e irá tentar o ENEM esse ano.

*Quero voltar a estudar e tentar algum emprego na minha área. Não vai ser fácil. Apesar do trabalho exaustivo no telemarketing, eu não tenho outra opção. Mas também tenho um pouco de medo. Aqui, apesar de toda a precariedade, eu tenho um ambiente bom, não sofro preconceito, nenhuma violência. Tenho medo de sair e não me adaptar ao novo ambiente. Porque, às vezes, a pessoa trans\* consegue passar na vaga de emprego, mas não consegue ficar por conta do ambiente hostil. Nós passamos vários estágios de preconceitos. Não é fácil, mas precisamos resistir.*

A discussão sobre “trabalho” tem uma longa trajetória nas pesquisas nas Ciências Sociais. Como afirma Bila Sorj “o mundo do trabalho é apenas uma das dimensões de um amplo espectro de transformações radicais que afeta nossas vidas e que está a desafiar a nossa imaginação sociológica”. (2000:26) Elizabeth Souza Lobo (1991) retoma a história das discussões de gênero e trabalho no Brasil, com o intuito de demonstrar os limites que a sociologia do trabalho tinha em discutir as relações de gênero em suas pesquisas. Assim como, nos anos 70-80 os questionamentos intensos

sobre o trabalho feminino emergem nos espaços de ativismo feminista. Percebo também que as discussões acerca da temática da transexualidade e trabalho, partem do próprio movimento organizado bem como de ativistas da causa.

### *Repensando conceitos*

Assim como a categoria “mulher”, “classe” é geralmente pensada e articulada nos estudos da sociologia, como uma categoria universal, pelo menos nas sociedades capitalistas e que tem certa homogeneidade. A categoria “mulher” foi pensada e utilizada nos movimentos de mulheres e feministas, como representativa das experiências de todas as mulheres de quaisquer lugares do mundo, sem considerar as diferenças e desigualdades que marcam suas vivências, tais como as desigualdades de classe e de raça. “Classe”, como observa Souza Lobo é pensada através da representação masculina desconsiderando que a “classe operária tem dois sexos”. (1991:08) Assim, não pensando através do conceito de sexo, mas de gênero, a classe trabalhadora possui em sua composição uma imensa diversidade que incluiu as relações de gênero, de raça e a sexualidade que produzem novas configurações nas desigualdades laborais. Essas desigualdades têm fortes consequências sobre a possibilidade de acesso a empregos formais, aos postos com melhores salários e sobre a maior ou menor oportunidade de ascensão na carreira.

O rompimento com a universalidade de “classe” permite pensar nas não tão novas dinâmicas do mundo do trabalho, que discriminam e prejudicam mulheres cisgêneras, negros, negras, homossexuais, lésbicas, homens e mulheres trans\*. Os conceitos desenvolvidos pela análise marxista ortodoxa oferecem uma importante contribuição para pensar a relação capital-trabalho. Porém, assim como o capitalismo passa historicamente por constantes transformações, o conceito de classe deve também contemplar outros sujeitos que marcados por gênero, raça ou pela sua sexualidade, ocupam os postos de trabalhos mais precarizados, e muitas vezes informais. Isto significa superar a versão da classe social como identificada como o universo dos trabalhadores homens e brancos.

Os estudos do trabalho que incorporam o gênero contribuíram com pesquisas cruciais para romper essa universalização do conceito de classe. No entanto, muitos deles não se aprofundaram nas complexidades do debate em torno da categoria de gênero, mantendo uma concepção biológica do que é o “ser mulher”.

O debate sobre gênero levou a um questionamento do determinismo

biológico, consagrando a visão de que “ser homem” ou “ser mulher” são construções sociais e históricas. Isso significa que o feminino e o masculino podem representar coisas muito distintas dependendo do momento histórico e das características culturais e das condições de cada sociedade. Esse caráter socialmente construído do gênero pode ser ilustrado nos relatos das entrevistas expostos. Pelos relatos das pessoas entrevistadas, mostradas no início desse tópico, percebemos algumas características específicas dos postos de trabalho ocupados por essas pessoas. Gostaríamos de elencar algumas particularidades do telemarketing,

As dificuldades vivenciadas no telemarketing pelas pessoas trans\* possuem diferentes que as percebidas por Selma Venco (2009) ao tratar da presença de homossexuais nesse setor. Como mostrado nas entrevistas de Hailey e Carlos, há dificuldades para a implementação do nome social para alteração dos registros de identificação nas empresas, bem como para o uso do banheiro. No caso de Hailey foram necessárias diversas conversas, no caso de Carlos, a relação foi mais tranquila, talvez devido ao fato de que um grupo de pessoas trans\* que já trabalhava na empresa.

No estudo de Venco (2009) e nas entrevistas que realizei, é possível perceber que um dos fatores que o explica a razão do telemarketing empregar tanto pessoas trans\* como homossexuais e lésbicas, advém do grande fluxo de entrada e saída de pessoas, já que a demanda pelos serviços prestados é extremamente alta. Além disso, como mencionado por Hailey, é um trabalho realizado através do telefone, e por isto, onde as pessoas ficam “escondidas” através de suas vozes.

Hailey e Carlos explicam que *o telemarketing é a segunda ocupação que emprega mais pessoas trans\* depois da prostituição*. Devido aos constantes preconceitos vivenciados pelas pessoas trans\* (transfobia), muitas vezes acompanhados pela expulsão familiar, o telemarketing aparece como uma forma mais rápida e acessível para entrar no mercado formal. Como verificamos nos depoimentos são pessoas mais jovens que buscam pagar o aluguel e/ou faculdade, mas buscam também reconhecimento e aceitação. A “aceitação” dos empregadores do telemarketing é justificada por considerarem as pessoas trans\* como excelentes profissionais e comprometidas, sendo reconhecidos pela sua alta produtividade (VENCO, 2009). Assim, o telemarketing se transforma em uma opção para pessoas consideradas marginalizadas, como uma forma de garantir seu sustento e um contrato de trabalho que lhes conferem todos os direitos trabalhistas.

## **Considerações Finais**

Das pessoas entrevistadas nessas duas pesquisas, todas retrataram experiências violentas no período escolar. Aquelas que conseguiram elevar o seu nível de escolaridade, foram as que iniciaram o período de adequação de gênero tardiamente, além do apoio parental. Tal fator é determinante para a continuação dos estudos, de forma que, as duas travestis entrevistadas, explicam que a dificuldade em continuar com seus estudos advém da falta parental, violência escolar e do início do processo de adequação de gênero.

No que se refere às ocupações laborais das entrevistadas, o telemarketing e a prostituição são os que possuem destaque. Um dos fatores que o explica a razão do telemarketing empregar tantas pessoas trans\*, assim como homossexuais e lésbicas, advém do fato, como mencionado por uma das entrevistadas, de que esse é um trabalho realizado através do telefone, e por isto, as pessoas ficam “escondidas” atrás de suas vozes, além do grande fluxo de entrada e saída de pessoas, já que a demanda pelos serviços prestados é extremamente alta.

Devido aos constantes preconceitos vivenciados pelas pessoas trans\* (transfobia), muitas vezes acompanhados pela expulsão familiar, o telemarketing aparece como uma forma mais rápida e acessível de entrada no mercado formal. Como verificamos nos depoimentos, são pessoas mais jovens que buscam pagar o aluguel e/ou faculdade, mas buscam também reconhecimento e aceitação. A “aceitação” dos empregadores do telemarketing é justificada por considerarem as pessoas trans\* como excelentes profissionais e comprometidas/os, sendo reconhecidos pela sua alta produtividade. Assim, o telemarketing se transforma em uma opção para pessoas consideradas marginalizadas, como uma forma de garantir seu sustento e um contrato de trabalho que lhes conferem todos os direitos trabalhistas. (VENCO, 2009).

A prostituição é a ocupação que mais agrega pessoas trans\*. A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) estima que aproximadamente 90% das travestis e transexuais estão exercendo a prostituição no Brasil, tratando a inserção dessas pessoas nos mercados do sexo como uma dinâmica “compulsória” que expressa as desigualdades vivenciadas por elas. Nesse sentido, além de reivindicarem a ocupação de outros lugares no mercado de trabalho, muitas travestis e transexuais defendem “melhores condições laborais” no próprio exercício da prostituição.

Diante exposto, conseguimos concluir que as dificuldades encontradas para ingressar e se manter no mercado de trabalho advém do estigma proporcionado pela

patologização das experiências transexuais e travestis. Além disso, as experiências trans\* à margem dos processos de inserção social levam esses sujeitos a sofrerem com a falta de acesso à cidadania e aos direitos sociais. O trabalho considerado como direito protegido pela constituição, torna-se um espaço de exclusão ou de super- exploração, privando esses sujeitos da sua dignidade humana.

Mesmo com todas essas barreiras, esses sujeitos se organizam para buscar através de diálogo com instâncias estatais nos vários níveis, formas alternativas de políticas e reivindicar seus direitos, como ocorre, por exemplo, nas campanhas on-line pelo Nome Social, pelas retificações dos documentos civis e pelo direito ao trabalho. Carvalho (2013) explica a impossibilidade de efetuar as alterações documentais devido à “falta de reconhecimento jurídico que se caracteriza como uma das principais forças catalizadoras de diversas lutas sociais que, nesse sentido, podem ser caracterizadas como luta por reconhecimento”. Axel Honneth (2003) em “Luta por reconhecimento” discute que vivências de desrespeito podem ser transformadas em reivindicações públicas, fazendo com que sujeitos lutem por condições que alteram as situações de desrespeito por uma melhoria da vida coletiva. Como Aguião (2011) observa, “as emoções se tornam bandeiras políticas para o movimento”.

A reivindicação por cidadania é impulsionada pela ausência dos princípios de igualdade e tornam-se bandeiras do movimento demonstrando a fragilidade das aplicações das nossas leis e normas que, ao enunciar que “todos os indivíduos são iguais perante as leis” mostram a existência de hierarquias que definem os que podem ou não ter acesso aos direitos sociais, civis e aos direitos do trabalho. Por meio dos relatos e das experiências compartilhadas durante a realização da pesquisa, podemos concluir que a maioria das pessoas trans\* quando conseguem um trabalho, o encontram na prostituição, no mercado informal, em serviços terceirizados e/ou como ‘freelancers’, dentre outras formas "atípicas" de trabalho, marcadas essencialmente pela precariedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.
- ARÁN, Márcia; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. **Cadernos Pagu**, v.28, pp.129-147, 2007.
- ARÁN, Márcia; ZAIHAFI, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.20, n.1, 2008
- CARVALHO, Mario Felipe Lima; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n.14, p.319-351, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ciberativismo trans: considerações sobre uma nova geração militante // *Trans cyber-activism: observations on a new generation of activists*. **Contemporanea- Revista de Comunicação e Cultura**, v.13, n.2, pp.382-400, 2015.
- CARVALHO, Mario. Ver para não ser visto: visibilidade, estigma e reconhecimento no ativismo de travestis e transexuais no Brasil. **IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES**. Dezembro 2013. Disponível em: << [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/4.1.2\\_Mario\\_Carvalho.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/4.1.2_Mario_Carvalho.pdf) >>.
- CASTRO, Bárbara Geraldo. Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- DUMARESQ, Leila. **“O Cisgênero existe”**. Disponível em: << <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/> >>.
- FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. **Disputando sentidos em rede: convenções e práticas sobre política e homossexualidade numa comunidade universitária no Facebook**. Texto de qualificação no Programa de Mestrado de Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.



- FREIRE, Lucas. *A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- KAAS, Hailey. Trans\* como termo guarda chuva. **Blog Transfeminismo**. Disponível em: << <http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/> >>. 2013
- LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.
- LOBO, Elisabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. **Uma questão de gênero**. Organização de Albertina Oliveira Costa, Cristina Bruschini. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Rosa dos Tempos: Fundação Carlos Chagas, 1992, pp.252-265
- MARSHALL, T. H.; **Cidadania, Classe Social. Status**. Rio de Janeiro. Zahar. 1967.
- PEIRANO, Mariza. “Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil”. **Sociedade e Estado**.v.1, n.1, pp.49-64, 1986
- SANDER, Vanessa Serra. **Entre manuais e truques: uma etnografia das redes do trabalho sexual entre travestis em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.2, pp.72-81, 2000.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.43, pp.25-34, 2000.
- VENCO, Selma. **As engrenagens do telemarketing: vida e trabalho na contemporaneidade**. Editora Arte Escrita, 2009.
- VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.
- VIANNA, Adriana. “Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais.” In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa - FAPERJ. pp.43-70. 2014.
- VIEIRA, Tereza Rodrigues. “Processo judicial e a adequação do nome e do sexo do transexual. In: COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (orgs). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA. pp.211-224. 2014.

## LEIS E NORMAS

BRASIL. Decreto Nº 8.727 de 28 de abril de 2016. Dispõe o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.803 de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. Disponível em; [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm)

SÃO PAULO. Decreto Nº 55.588 de 17 de março de 2010. Dispõe sobre o tratamento nominal de pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-55588-17.03.2010.html>

PROJETO DE LEI “João Nery” Lei de Identidade de Gênero. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1059446](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446)

**raneidade**. Editora Arte Escrita, 2009.